

Deputados desconhecem o país que representam

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS

Deputados desconhecem o país que representam

O déficit total da previdência federal, incluindo Regime Geral e RPPS (servidores públicos) em 2018 ficou próximo a R\$ 300 bilhões. O que a reforma buscava originalmente era uma economia em torno de R\$ 1,3 trilhão em dez anos, numa média de R\$ 130 bilhões anuais, pouco mais de 40% do déficit. No entanto, foram tanto as supressões que essa economia não deve chegar a R\$ 100 bilhões anuais, ou seja 1/3 do déficit. .

Neste texto abordaremos dois temas. O que trata da transferência dos recursos do PIS-PASEP destinados a investimentos, para pagar aposentadorias e da exclusão da proposta dos estados e municípios.

1. Transferência de recursos do PIS-PASEP para pagar aposentadorias

Um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do Brasil é a baixa taxa de poupança e de investimentos. Os economistas de um modo geral dizem que a taxa de investimentos em relação ao PIB para gerar um crescimento satisfatório teria que ser muito maior do que a atual, que está em 15,92% (IPEA_DATA, T4 2018). E isso vem de longe. Por exemplo, em 2012, nosso índice era 18% quando o México, o Peru e o Chile perfaziam uma média de 25% (Giambiagi e Shwartsman, Complacência, p.38).

A tabela 1.1 mostra a alta vinculação da receita líquida do Governo Central com a Seguridade Social, que está entre 66% e 67%, ou seja, 2/3. Então de cada R\$ 3,00 da receita líquida da União R\$ 2 são vinculados à Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social).

Se tomarmos toda a receita líquida do Governo Central, vamos ver que mais de 81% é aplicada (empenhada) na Seguridade Social, índice esse que era de 67,6% em 2012. Então, temos uma participação alta e crescente da despesa com Seguridade na receita do Governo Central.

O mais grave disso tudo é o que “sobra” para as demais finalidades, que são desempenhas por 27 ministérios, (entre eles Educação que tem uma

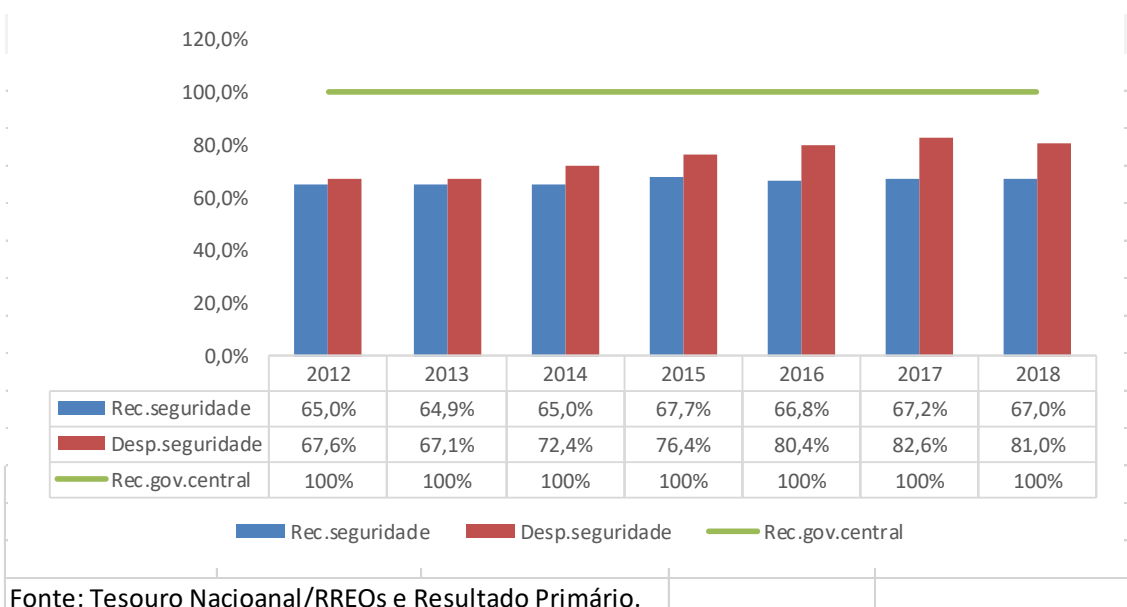
vinculação superior a 4% dessa mesma receita) e mais onze órgãos, os de maiores gastos, como STF, STJ, Senado Federal. Câmara Federal, Ministério Público, PGR Justiça do Trabalho, entre outros. Então, para todos esses ministérios e órgãos e, ainda, para fazer superávit primário, restam menos de 15% de receita. Com isso, o resultado inevitável é o déficit público continuado. O gráfico 1.1. ilustra também o fenômeno.

Tabela 1.1. Receitas e despesas da Seguridade em % da receita líquida do Governo Central

ANO	RECEITA LÍQUIDA GOV.CENTRAL	RECEITA DA SEGURIDADE (*)	RECEITA SEGUR./ REC.GOV.CENTRAL	DESPESA DA SEGURIDADE	DESP.SEGURIDADE/ REC.GOV.CENTRAL
	1	2	3=2/1	4	5=4/1
2012	888.495	577.910	65,0%	600.951	67,6%
2013	997.088	646.678	64,9%	669.207	67,1%
2014	1.023.013	664.798	65,0%	740.700	72,4%
2015	1.043.105	706.620	67,7%	796.580	76,4%
2016	1.088.118	727.255	66,8%	874.703	80,4%
2017	1.154.746	775.585	67,2%	953.305	82,6%
2018	1.227.478	822.744	67,0%	993.739	81,0%

Fonte: Tesouro Nacional/RREOs e Resultado Primário.
 (*) Receita bruta, isto é, acrescida das "DRU".

Gráfico 1.1. Razão receitas e despesas da Seguridade Social e a receita líquida do Governo Central



O estarrecedor disso tudo é o fato de relator da reforma ter transferido 40% dos recursos do PIS-PASEP, destinados originalmente ao BNDES para

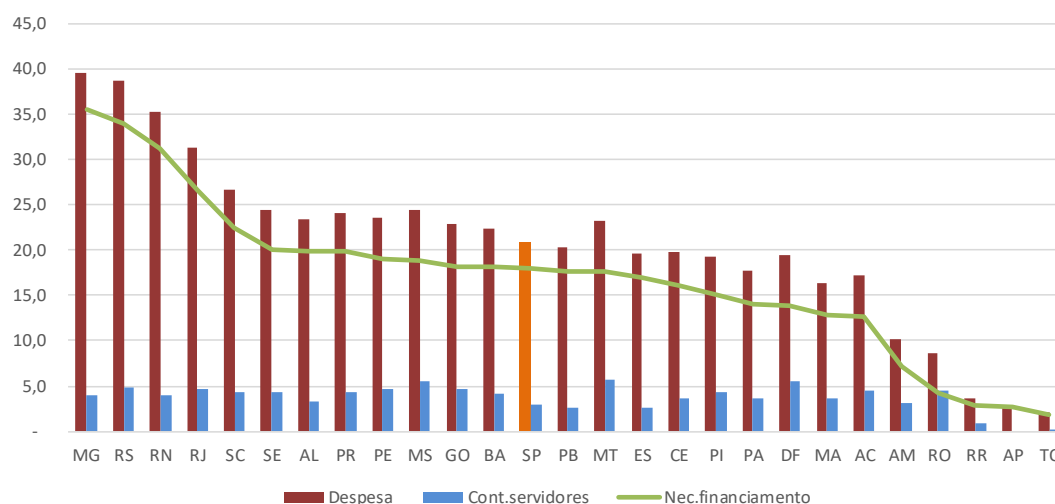
financiar investimentos (Art. 239 da CF) ao FAT (12%) e para o pagamento de aposentadorias (28%).

Num momento que mais precisamos de recursos para investimentos, propomos a transferência dos escassos recursos destinados a investimentos para aplicar em despesa correntes, exatamente nas funções que já absorvem mais de 80% da receita líquida do Governo Central. Acredito que isso decorra de **total desconhecimento** da situação das finanças federais.

2. Exclusão dos estados e municípios da reforma

O gráfico 2.1 mostra o alto dispêndio dos estados com previdência, onde quatro deles dependem entre 30% e 40% da sua receita corrente líquida com previdência em termos brutos e entre 28% e 35% em termos líquidos. Não é por acaso que os estados que estão em pior situação financeira são os que mais dependem com previdência. Alguns estados estão em pior situação previdenciária do que a União.

Gráfico 2.1. Despesas com previdência dos estados em 2018



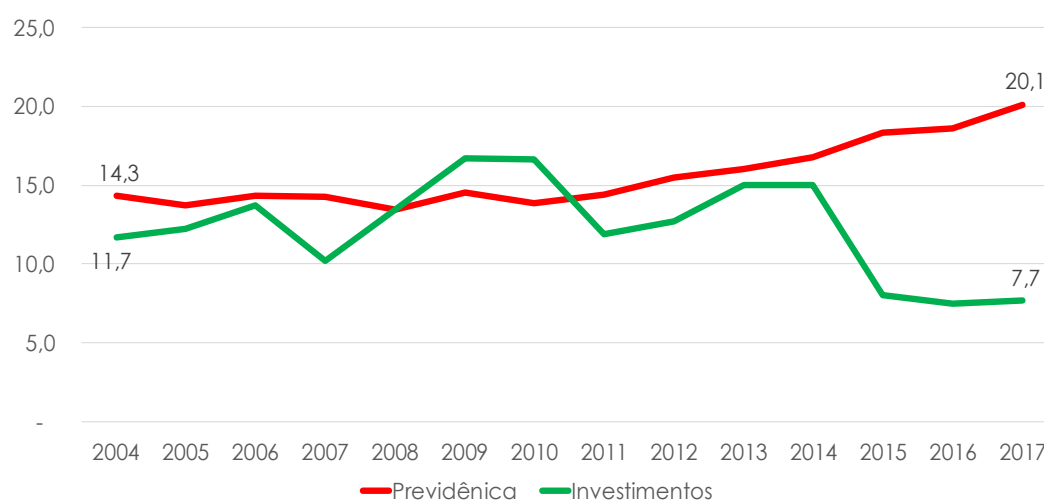
Fonte: RREOs/LRF dos Estados - levantamento próprio.
(Consolidação e dinâmicas/planilha1-%/B38).

Os **municípios**, mesmo que na média apresentem boa situação previdenciária, existem muitos em situação financeira muito difícil devido ao excesso de despesa com previdência.

Outro aspecto a destacar é a **transferência de recursos de investimentos para a Previdência**. Observamos no gráfico 2.2. que de 2004 para 2017, a despesa com previdência passou de 14,3% da RCL para 20,1%. No mesmo período os investimentos baixaram de 11,2% para 7,7%.

Com redução de investimentos na União e nos estados, como o País vai crescer para sair dessa crise?

Gráfico 2.2. Despesas com previdência e investimentos dos estados, em % da RCL, 2004-2017



Em conclusão sugerimos e apelamos para os senhores parlamentares para que olhem para os dois aspectos analisados se, de fato, desejam um país melhor que crie mais emprego e renda para a geração atual e para as futuras. Que olhem para o Brasil e não para os interesses eleitoreiros ou partidários.

Porto Alegre, 15 de junho de 2019.